

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Equipamento Tricotomizador para o Hospital Maternidade Doutor Mario Dutra de Castro, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição anexados autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.3. **Tipo:** Menor preço global, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

**2- DO QUANTITATIVO**

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U/C	QUANTIDADE
1	<b>Aparelho Tricotomizador Cirúrgico</b> – com carregador e lâminas; deve possuir eixo móvel para ajuste dos contornos do corpo; cabeçote deve poder ser lavado em água corrente e compatível com desinfetantes hospitalares. Deve permitir operar com ou sem cabo elétrico, autonomia de funcionamento com bateria deve permitir corte de pelos finos ou espessos secos ou molhados. Posição da lâmina distante da pele, deve permitir adaptação aos dois sentidos de movimento. Mecanismo de montagem e remoção da lâmina (de fácil encaixe e remoção) Possuir sinalizador de bateria, ser fácil limpeza	Unid.	02
2	<b>Lâminas descartáveis</b> – para tricotomizador cirúrgico. Obs.: O modelo deve ser compatível com o Aparelho Tricotomizador solicitado no item 01.	Unid.	1000

2.2. A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro, atendendo a solicitação da Anvisa a fim de prevenir infecções no centro cirúrgico.

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição do Tricotomizador para o Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro justifica-se devido à essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo nosocômio.

3.3. A aquisição do aparelho de Tricotomia aqui solicitado justifica-se pelo fato de atingir o objetivo de diminuir as chances de infecção pós-operatório, a fim de deixar a região mais limpa para o procedimento médico.

3.4. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

### 4- DA ENTREGA (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Empresa Vencedora deverá atender à ordem de entrega expedida pela Unidade Requisitante.

4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.3. A entrega deverá ser realizada no almoxarifado do Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro, localizado na Travessa Antônio Fernandes Moreira, 12, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 09h:00m às 16h:00m.

4.4. O equipamento médico-hospitalar constante no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverá ser entregue sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso o equipamento apresente embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Empresa Vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 7 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverá constar no equipamento o dado de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos médico-hospitalares cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso o equipamento médico-hospitalar cotado seja dispensado do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;



4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

## **5- BOAS PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**

5.1. O presente Termo de Referência foi confeccionado com base na legislação vigente e no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

## **6- CONDIÇÕES GERAIS**

6.1. A Empresa Vencedora deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

6.2.1. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

6.2.2. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

6.2.3. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

6.2.4. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.



6.2.5. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.6. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.7. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

6.2.8. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeito, durante a vigência da garantia.

6.2.9. Ademais, a Empresa Vencedora deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.10. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos no prazo máximo de 7 dias.

6.3. A Empresa Vencedora deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v/bivolt.

## 7 – NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

7.1. Segundo determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, apresentada no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, a Contratante deve constituir equipe técnica para a aquisição de equipamentos médico- hospitalares, da qual deverão participar, o dirigente da unidade responsável pelo uso clínico dos equipamentos, bem como o

dirigente da unidade responsável pela gerência e manutenção dos referidos equipamentos, ou representante por ele indicado.

7.2. Visando o cumprimento desta determinação, a Contratante nomeará como integrantes da equipe técnica os dirigentes da Unidade em atuação na ocasião, quais sejam:

**Claudia Knupp Rodrigues– Mat. 207.524 – Técnica Titular**

**Lucia Helena de Castro – Mat. 207.701 – Técnica Substituto**

7.3. A equipe técnica instituída acima é responsável pela especificação do item aqui requerido e ainda pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

7.3. A equipe técnica instituída acima é responsável em notificar a Empresa vencedora em relação a equipamentos com defeitos ou outras ocorrências que ocorrer após a entrega dos equipamentos.

## **8- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Empresa Vencedora ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

8.2. O bem será recebido:

8.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas e comprovação de funcionamento do equipamento.

8.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pela equipe técnica designada no subitem 7.2 deste Termo de Referência.

8.4. A equipe técnica deverá, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

8.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

8.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

8.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

8.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 8.4.1 a 8.4.3, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.

8.6. Emitido o documento de recebimento provisório, os equipamentos ficarão em funcionamento no Hospital Maternidade de Nova Friburgo por um período de experiência de 15 dias corridos, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

8.7. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à Empresa Vencedora e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

8.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Empresa Vencedora deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 07 dias, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.

8.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

8.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 idas úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 8.7.

8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se no recebimento definitivo.

8.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a equipe técnica, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

8.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

## 9- DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A equipe técnica responsável pelo recebimento, acompanhamento de entrega e aceitação dos equipamentos, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento e aceitação.

9.2. A equipe técnica deverá realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

9.3. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:





9.3.1. Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

9.3.2. Assegurar que as manutenções corretivas serão executadas nas datas previstas.

9.3.3. Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando frequentes avarias aos equipamentos.

9.3.4. Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

9.3.5. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.

9.4. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

9.5. A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da Empresa Vencedora para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

## **10- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

10.1. A Empresa Vencedora deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

10.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.



10.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Empresa Vencedora.

## 11- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

11.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## 12- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos;

12.1.1. Elemento de Despesa – (item 1) 44.90.52.02 / (item2) 33.90.30.08

12.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS

12.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

12.2.1. Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro: 30001.1030200702.189

12.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## 13 – DA LIQUIDAÇÃO

13.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

#### 14 –DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

14.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

14.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

14.1.3. FGTS;

14.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

14.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

14.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

14.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

14.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

#### 15-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou

declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

15.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

## 16- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 16.1. Caberá à Contratante:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empresa Vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

16.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa Vencedora, através de servidor especialmente designado;

16.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

16.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Empresa Vencedora.

16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Empresa Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 17- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

17.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

17.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 14.1.1 a 14.1.6;

17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

17.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

17.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

17.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

17.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do ato.

17.8 Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.

17.9. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

A Empresa Vencedora deverá cumprir obrigatoriamente o prazo de entrega estipulado neste documento exceto nas condições elencadas no item 19.8 deste termo de referência

## **18-MEDIDAS ACAUTELADORAS**

18.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **19- DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **20-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Empresa Vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de

habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

## 21- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1. A Empresa Vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

## 22-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

22.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## 23-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da Empresa Vencedora, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

23.1 – Comete infração administrativa:

- 23.1.1 – Não aceitar/retirar a Nota de Empenho, quando convocado ou notificado;
- 23.1.2 – Apresentar documentação falsa;
- 23.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.5 – Não manter a proposta;
- 23.1.6 – Cometer fraude fiscal;
- 23.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

23.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

23.3.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.3.2 – Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

23.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

23.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

23.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 24 - DA RESCISÃO

24.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

24.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do ato:

24.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.



24.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

24.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Rafael Durans Barros  
Captação de recursos  
Matrícula: 62.202

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária de Saúde  
Matrícula: 106.137